



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10382 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação

MEMÓRIAS DE INFÂNCIA DE MULHERES: APRENDIZAGENS DE PERFORMANCES DE GÊNERO, CORPOS EDUCADOS E VIOLADOS

Tatiane Coelho Antunes - UFMT/Campus de Rondonópolis - Universidade Federal de Mato Grosso

Raquel Gonçalves Salgado - UFMT/Campus de Rondonópolis - Universidade Federal de Mato Grosso

MEMÓRIAS DE INFÂNCIA DE MULHERES: APRENDIZAGENS DE PERFORMANCES DE GÊNERO, CORPOS EDUCADOS E VIOLADOS

Aprendemos, desde muito cedo, por meio de um investimento maciço de várias instâncias sociais, como a família e a escola, modos de viver a sexualidade e as relações de gênero, imersos em uma teia de saberes e poderes que produzem discursos com efeitos normativos e compulsórios para a nossa existência. Desse modo, este trabalho tem como objetivo analisar os sentidos sobre as relações de gênero na escola, nas memórias de infância de mulheres em situação de Medidas de Proteção da Lei Maria da Penha e como estes reverberam nos modos como elas significam as experiências de gênero vividas no presente. As narrativas evidenciam que a escola se apresenta como uma instituição disciplinar, atravessada por normas de gênero, imersa em um regime de verdade que visa legitimar uma “criança ideal-típica” e inteligível, integrada ao sistema cisheteronormativo. Destacam-se as marcas desses discursos nas performances de gênero de crianças, nos contextos de uma educação binária e produtora de desigualdades e violências.

Palavras chave: Infância. Gênero. Sexualidade. Educação.

Introdução

Na última década, notam-se levantes conservadores que impactam incisivamente na vida social, em especial nos processos educativos. No Brasil, esses movimentos ganham fôlego com o suporte de governos de extrema direita e de ideologias religiosas fundamentalistas. A escola, como um espaço social importante das experiências da infância e da vida subjetiva, destaca-se, neste trabalho, como um dos pontos de apoio para discutir as performances de gênero que são ensinadas e aprendidas, bem como participam da tessitura das memórias de mulheres cujas vidas são marcadas por violências produzidas pelo patriarcado racista estrutural no qual se assenta a sociedade brasileira.

A infância capturada pela retórica do desenvolvimento, como a etapa da vida em estado de espera para ser e viver o que, na condição infantil, ainda não é possível, faz dela a narrativa da vida de uma criança universal e abstrata, afastada de suas condições sociais de existência e, portanto, idealizada. Produz-se uma “criança ideal-típica”, como analisa Erica Burman (2008), que, mesmo sendo uma narrativa ficcional, tem efeitos de verdade e

validação de existências ao estabelecer normas para ser e viver na sociedade dentro dos enquadres da branquitude, da cisheteronormatividade, da masculinidade e da subjetividade neoliberal.

Ao denunciar a história impulsionada pelo progresso que a condiciona a um tempo linear e homogêneo, Walter Benjamin (1985) recusa-se a ver o passado como guardião de acontecimentos absolutos e o presente como preparação para um futuro do qual se esperam a perfeição, a coesão e a coerência. Na esteira desse pensamento, a infância é o tempo-espaço das memórias longínquas e que estão muito vinculadas à educação (GAGNEBIN, 2014). Narrar as memórias de infância implica em embrenhar-se nos escombros do passado, na tessitura de um texto-do-eu-criança que, por mais que haja o esforço por manter a coerência e a linearidade entre o adulto-narrador e a criança-narrada, este se torna inócuo porque a alteridade é o que marca a relação entre ambos. Nesse sentido, a menina-criança, nas memórias narradas, é efetivamente um “outro”, distante, não apenas no tempo e no espaço da mulher adulta que narra, mas também da narrativa, que não é a recuperação de um passado conservado, mas a criação de sentidos que se desenrolam com as indagações e os incômodos do presente e puxam os fios alheios que também participam da tessitura dessas memórias.

É nessa perspectiva que nos debruçamos sobre os sentidos e as experiências das relações de gênero vividas na escola, nas memórias de infância de mulheres que têm suas vidas marcadas por violências. Essas narrativas foram produzidas no contexto de uma pesquisa desenvolvida com cinco mulheres, com idades entre 25 e 50 anos, detentoras de Medidas de Proteção junto à Lei Maria da Penha, na Vara Única do Fórum da Comarca de Pedra Preta, em Mato Grosso, durante o ano de 2017. Como referencial teórico-metodológico, a pesquisa contou com os aportes principais de autoras dos estudos de gênero, com destaque para Judith Butler, e da abordagem interseccional, no cotejo dos marcadores sociais de diferença nas análises das experiências de infância e das situações de violência trazidas nas memórias das mulheres.

Performatividades de gênero ensinadas e aprendidas na escola

No conjunto de instituições sociais que produzem e põem em prática as estratégias da sexopolítica como educação, a escola e a família ganham destaque na infância, que encarna a sua forma idealizada com a rígida demarcação entre normalidade e anormalidade. Como argumenta Marcelo Ferreira (2016), a infância coerente e uníssona em relação às normativas de gênero apresenta-se como uma dessas estratégias.

Na escola, essas estratégias de categorização dos corpos, dos comportamentos e das linguagens das crianças, dos espaços que elas ocupam e de suas relações com as outras pessoas e os objetos atuam, de modo direto, na produção de performances de gênero. Judith Butler (2017) analisa o gênero em seus efeitos performativos, como uma estilização reiterada dos corpos, “um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (p. 69). Não apenas os efeitos normativos de gênero são produzidos como performances, mas também aqueles que têm caráter disruptivo e perturbam as normas por dentro, ao resignificá-las e colocá-las sob a ameaça de rupturas e diferenças.

As memórias aqui trazidas convergem em vários aspectos, embora sejam narradas por mulheres diferentes, interseccionadas por diferentes marcadores sociais, sobretudo o racial. Nesse contexto, Nátia, Antonieta, Vera, Maria de Nazaré e Leonídia [1] compartilham suas memórias de infância e denunciam violências simbólicas presentes no cotidiano escolar, ancoradas em normativas de gênero. As memórias de Nátia sobre suas experiências de infância remetem a situações vividas na escola de uma educação binária que, quando desafiada, era motivo de castigo físico, de modo a ensinar que os corpos não alinhados a essa

demarcação rígida dos gêneros aprendem pela violência. Os sentidos produzidos sobre esse passado voltam-se também a violências que são chanceladas no espaço escolar, visto serem legitimadas pela necessidade de enquadre e escrutínio das crianças dentro das normas de gênero. Assim, a escola configura-se como “uma rede de vigilância e controle [que funciona] para garantir seu sucesso e atacar os possíveis ‘desvios’” (FERRARI, 2010, p. 548, grifo do autor).

Nátia: [...] menina sentava de um lado e meninos do outro lado, porque a menina não podia se misturar com o menino. [...] ela (a professora) tinha uma régua enorme e, se nós misturasse, ela dava reguada na nossa cabeça. [...] ela falava que, se a gente fosse para a escola de saia nós íamos mostrar a calcinha para os meninos, e aí os meninos iam querer pegar na nossa bunda. Que a gente ia provocar eles. Quando ela deixava a gente brincar tudo junto, e acontecia alguma coisa, se nós brigar ou, então, o menino puxava a roupa da menina, rasgava, aí, então, ela falava: “Suas meninas assanhadas!”. Aí, ela brigava. [...] A diretora via o que ela fazia, e ninguém falava nada, achavam normal bater nas crianças. [...] Ela repreendia mais as meninas, nos comportamentos.

Nas memórias de Nátia, nota-se, desde a infância, o investimento de uma educação do feminino para a culpa. São elas, as meninas, as culpadas por provocar os meninos e, por isso, devem ser repreendidas. A culpa é imputada às meninas, ao passo que a espontaneidade é assumida como rebeldia, e o corpo que se solta e mostra, como “assanhamento”. Para ensinar o que não deve existir e aparecer nesses corpos de meninas, faz-se necessária a correção, ainda que seja pela via da violência física.

Antonietta: Eu aprendi na escola que o corpo da menina tem que ser um corpo mais recatado, um corpo mais quieto, eu digo um corpo preguiçoso, senta, cruza as pernas, a mãozinha tem lugar certo de colocar.

Nas memórias de Antonietta, fica evidente a disciplina sobre o corpo da menina, no sentido de torná-lo dócil, passivo, contido em seus movimentos. São ensinadas performances de gênero, por meio da vigilância e da disciplina, em que ser menina/mulher é estar no lugar social da submissão, no qual até mesmo a sua relação com o próprio corpo passa pelo escrutínio do outro: “a mãozinha tem lugar certo de colocar.”

Vera: [...] eu nunca me comportei como uma menina que eles queriam, como uma criança modelo pros outros [...] Eu sentia que as pessoas tinham dificuldade em lidar com o meu jeito diferente.

Maria de Nazaré: Pra poder jogar, eu tinha que sair escondido. Porque, se meu pai visse, ele não deixava [...] ele pensava que quem jogasse, a menina que jogava futebol ia virar sapatão, só pode.

Mesmo com os insistentes e reiterados ensinamentos para a aprendizagem de uma feminilidade normativa, performada pela menina quieta, encerrada dentro de casa, que não brinca com os meninos, Vera e Maria de Nazaré escapam dos enquadres da “criança ideal-típica” para viverem experiências que desafiam essas normas e se abrem para as diferenças e as possibilidades de resistir e existir na contramão das performances normativas de gênero.

Leonídia: Eu tive que fazer curso de boas maneiras duas vezes. [...] Porque assim, como eu te disse, eu era bruta, parecia uma machona, e o que que o povo queria na época? Queria que menina se portasse como menina, uma criança modelo, sabe? [...] No primeiro, eu não gostava

porque eu queria ser a menina que eu era, eu gostava de ser daquele jeito, não queria ser a menina que ela estava ensinando. Eu queria ser igual os meus irmãos, correr, pular, fazer as mesmas coisas que os meninos faziam.

O curso de boas maneiras a que Leonídia foi obrigada a fazer funciona como um dispositivo de controle e conserto do seu corpo de menina, como forma de arrancar-lhe da condição de abjeção em que se encontrava por não estar enquadrada dentro da moldura da criança-menina-modelo. Trata-se de um movimento violento de regulação e normalização dos corpos, imputando-lhes, no caso das meninas, a estarem e a viverem em um “não-lugar” como sendo o “seu-lugar”, o de submissão, de silenciamento, de subserviência e de culpa.

A fala e o conhecimento das meninas também são alvos de controle e disciplina, como mostram as memórias de Antonieta.

Antonieta: [...] meninos podiam falar o que eles queriam, e as meninas, se elas vão falar alguma coisa, nossa! “Que feio você falando isso! Que feio você fazendo isso! Você é uma menina! [...] Ela (a professora) não gostava porque eu era uma menina que queria saber demais das coisas.

Educadas para o silêncio, as meninas são destituídas de lugar de fala. Gloria Anzaldúa (2009) argumenta que a linguagem, culturalmente legitimada para o discurso masculino, não é autorizada para as mulheres, menos ainda para as meninas, sobretudo as negras. Na infância, esse silêncio é frequentemente associado ao bom comportamento, já que “garotas bem-comportadas não respondem” (ANZALDÚA, 2009, p. 306).

Nota-se, nas memórias de infância das mulheres em tela, um esforço social de implementar, em diferentes espaços educativos, o ensino de performances de gênero alinhadas às normas que confluem com o ideário da infância-típica.

Algumas considerações finais

As memórias de infância de mulheres, que viveram ou vivem situações de violência, reportam-se a processos educativos na escola e na família, muito marcados por reiterados dispositivos de controle, disciplina e vigilância de seus corpos, permitem-nos entender as violências também como uma performatividade de gênero, com destaque para o seu funcionamento cíclico, cuja engrenagem vai conferindo naturalidade à produção da violência como norma, por meio da repetição estilizada de discursos e comportamentos (BUTLER, 2002; 2017). São performances de gênero que atuam na produção da violência materializada como norma pela via da reiteração regulada. Para que essa norma possa operar e ter efetividade, ela precisa ser repetida, reafirmada, posta em prática por meio de condutas, atitudes e discursos.

Nas memórias de infância das mulheres, os processos educativos têm o corpo da menina como um de seus motes e se desdobram em aprendizagens do feminino para a culpa, alicerçadas em normativas de gênero que se conjugam com o ideal da infância-típica. Nessa educação do feminino, aprende-se que as violências são justificáveis porque à mulher é imputada a culpa por ter se desviado das normas postas para a sua existência. Assim, sobressaem-se, no imaginário social, a validação da violação e o desprezo pela vida feminina, situações que reforçam a lógica patriarcal produtora de efeitos de poder, como a misoginia social.

As memórias das mulheres confrontam-nos com situações de violências cotidianas nas vidas de milhares de mulheres brasileiras, a ponto de sinalizarem para um padrão estrutural de

abusos, em especial, a violência de gênero conjugada com o racismo. Desse modo, faz-se urgente a necessidade do debate público e das questões de gênero estarem presentes nos currículos escolares desde a infância, sendo abordadas como assuntos prioritários quando o foco são as violências. O apagamento compulsório desse tema nas escolas tem, por si só, um efeito discursivo normativo produtor de violências.

Assumimos, por fim, o lugar de provocação e de inquietação das normas de gênero que, em seus efeitos e funcionamento, violam corpos e subjetividades. Importa-nos problematizar o não-lugar e as formas de silenciamento como aprendizagens nas vidas de mulheres que naturalizam violências e desigualdades, desde a infância, e estão diretamente articuladas às performances de gênero que lhes são ensinadas.

Referências

ANZALDÚA, Glória. Como domar uma língua selvagem. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Difusão da língua portuguesa*, n. 39, p. 303-318, 2009.

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas I: Magia e técnica, arte e política*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BURMAN, Erica. *Developments. Child, Image and Nation*. London and New York: Routledge, 2008.

BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan*. Sobre los límites materiales y discursivos del sexo. Buenos Aires: Paidós. 2002.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminino e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

FERRARI, Anderson. Eu sou gay. Legal! Né? – tensionando as relações entre as homossexualidades e escolas. In: SOARES, Leôncio (Org.). *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 547-564.

FERREIRA, Marcelo Santana. Sobre crianças, sexopolítica e escrita de si. *Revista Polis e Psique*, vol. 6, n. 1, p. 51-64, 2016.

[1] As próprias participantes da pesquisa escolheram seus pseudônimos.